Atenta a possibilidade da delegação consagrada no n.º 2.1 do despacho n.º 7510/2007 acima referido, e também nos n.ºs 1 e 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo;

Atento igualmente o despacho n.º 8444/2007, por mim proferido em 14 de Março de 2007, e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2007, onde procedo à delimitação de pelouros;

Subdelego nos vice-reitores Profs. Doutores Luís Manuel dos Anjos Ferreira, Helena Margarida Nunes Pereira e Vítor Fernando da Conceição Gonçalves as competências para:

Autorizar que todos quantos exercem funções na Universidade, incluindo os próprios, e sempre que o título jurídico que os vincule o permita, se desloquem em serviço público, nomeadamente em funções de representação, controlo, acompanhamento, orientação e recolha de elementos de estudo junto dos serviços ou instituições relacionados com as funções que exercem, tanto em território nacional como no estrangeiro, qualquer que seja o meio de transporte, incluindo o uso de veículo próprio, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, desde que as respectivas despesas estejam devidamente cabimentadas;

Autorizar os encargos com a alojamento e alimentação previstos na alínea e) do despacho n.º 7510/2007;

Autorizar a escolha prévia do tipo de procedimento a que se refere a alínea g) do despacho n.º 7510/2007;

Autorizar a aquisição de bens e serviços, no âmbito das acções pertencentes aos pelouros que lhes estão atribuídos, até ao limite de € 100 000.

Especificamente:

I) Subdelego no vice-reitor Prof. Doutor Luís Manuel dos Anjos Ferreira as seguintes competências:

a) Proferir, relativamente ao pessoal dirigente e de chefia, a autorização prevista no n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

b) Aprovar os programas das provas de conhecimentos específicos a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

c) Proferir o despacho homologatório previsto no n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 204/98 sempre que, por serem membros dos júris dos concursos em causa, os dirigentes máximos das unidades orgânicas integradas estiverem impedidos de fazê-lo;

d) Autorizar a escolha prévia do tipo de procedimentos, independentemente do valor da despesa, quando o valor do contrato administrativo de empreitadas de obras públicas referentes aos Serviços de Acção Social seja igual ou superior a € 99 759,58 e não exceda a competência do respectivo órgão para autorizar despesas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 205.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

e) Autorizar, até ao limite de € 100 000, as despesas com obras públicas e locação, a realizar no âmbito dos Serviços de Acção Social;

f) Autorizar a cedência temporária de instalações para fins educativos e de acção social escolar;

II) Subdelego na vice-reitora Prof.ª Doutora Helena Margarida Nunes Pereira a competência para proferir, fundamentalmente, o despacho de autorização a que se refere o n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro;

III) Subdelego no vice-reitor Prof. Doutor Vítor Fernando da Conceição Gonçalves as competências para:

a) Autorizar a escolha prévia do tipo de procedimentos, independentemente do valor da despesa, quando o valor do contrato administrativo de empreitadas de obras públicas seja igual ou superior a € 99 759,58 e não exceda a competência do respectivo órgão para autorizar despesas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 205.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

b) Autorizar, na condição de em caso nenhum o valor global dos mesmos poder ultrapassar os quantitativos máximos abaixo fixados, as despesas:

Com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 100 000;

Relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados até ao limite de € 2 493 985.

As delegações e subdelegações agora estabelecidas são feitas sem prejuízo do poder geral de superintendência que é conferido ao reitor pelo artigo 2.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e do poder de avocação, sempre que o entenda conveniente.

Consideram-se ratificados todos os actos definitivos no âmbito deste despacho entretanto praticados pelos vice-reitores desde 1 de Março de 2007.

15 de Maio de 2007. — O Reitor, *Fernando Ramôa Ribeiro*.

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Despacho (extracto) n.º 12 241/2007

Por despacho de 8 de Maio de 2007 do presidente do conselho directivo, por delegação de competências, foi autorizada a prorrogação do contrato administrativo de provimento da mestra Maria da Conceição da Silva Pequeto Teixeira, assistente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, por mais um ano, com dispensa do serviço docente, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 245/86, de 21 de Agosto, com efeitos a 1 de Agosto de 2007.

14 de Maio de 2007. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Maria Engrácia Cardim*.

Instituto Superior de Economia e Gestão

Despacho (extracto) n.º 12 242/2007

Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa de 1 de Fevereiro de 2007, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade, foi Eunice Maria Esteves Sacoto Martins, técnica de 1.ª classe de actividades técnico-científicas ligadas ao ensino e investigação do quadro deste Instituto, nomeada definitivamente e por conveniência urgente de serviço, precedendo concurso, técnica principal de actividades técnico-científicas ligadas ao ensino e investigação do mesmo quadro, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2007, considerando-se exonerada do lugar anterior. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Maio de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Mendonça*.

Despacho (extracto) n.º 12 243/2007

Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa de 1 de Fevereiro de 2007, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade, foi Susana Cardoso Vilar, técnica superior de 2.ª classe de biblioteca e documentação do quadro deste Instituto, nomeada definitivamente e por conveniência urgente de serviço, precedendo concurso, técnica superior de 1.ª classe de biblioteca e documentação do mesmo quadro, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2007, considerando-se exonerada do lugar anterior. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Maio de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Mendonça*.

Despacho (extracto) n.º 12 244/2007

Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa de 1 de Fevereiro de 2007, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade, foi Maria Filomena Gregório Ferreira, assessora de relações públicas do quadro deste Instituto, nomeada definitivamente e por conveniência urgente de serviço, precedendo concurso, assessora principal de relações públicas do mesmo quadro, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2007, considerando-se exonerada do lugar anterior. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Maio de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Mendonça*.

Despacho (extracto) n.º 12 245/2007

Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa de 1 de Fevereiro de 2007, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade, foi Cláudia Sofia Santos Lopes, técnica superior de 2.ª classe de relações públicas do quadro deste Instituto, nomeada definitivamente e por conveniência urgente de serviço, precedendo concurso, técnica superior de 1.ª classe de relações públicas do mesmo quadro, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2007, considerando-se exonerada do lugar anterior. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Maio de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Mendonça*.

Despacho (extracto) n.º 12 246/2007

Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa de